



Senado aprova proposta que facilita crédito para agricultor

Produtor rural que renegociou dívida poderá contratar novo financiamento sem impedimentos, determina projeto que agora vai para sanção

Os pequenos produtores atendidos pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e os que obtiveram recursos dos fundos constitucionais conseguiram fôlego financeiro para contratar novos créditos e reverter situação de inadimplência. O projeto aprovado ontem pelo Plenário do Senado e que agora vai à sanção presidencial permite ao agricultor contrair novos financiamentos sem precisar pagar a parcela inicial do contrato anterior refinanciado.

Essa exigência da legislação em vigor foi removida pela proposta, que se originou na Câmara dos Deputados. Além de regularizar pendências com os bancos, o projeto permite aos agricultores acessar novos recursos para o plantio e a comercialização da safra. **3**

Na sessão presidida por Jorge Viana, senadores defendem projeto, afirmando que pode estimular o agronegócio ao dar ao agricultor a oportunidade de novos créditos



Wladimir Boraty/Agência Senado



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Autores de denúncia contra Dilma serão ouvidos hoje por senadores

Os juristas Miguel Reale Júnior, Janaina Paschoal e Hélio Bicudo falarão à Comissão Especial do Impeachment a partir das 16h. Amanhã será a

vez da defesa, a ser feita pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, e pelos ministros Nelson Barbosa e Kátia Abreu. **4 e 5**

Relator do processo na comissão, senador Antonio Anastasia debate com outros integrantes do colegiado o andamento dos trabalhos

Assista ao vivo à Comissão Especial do Impeachment na TV Senado, a partir das 16h

Vereadores entregam carta de reivindicações ao Congresso

A União dos Vereadores do Brasil entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, documento pedindo, entre outras reivindicações, o fim do foro privilegiado nos

casos de corrupção, a aprovação do novo pacto federativo, melhor fiscalização de obras públicas e a elaboração de leis que garantam maior autonomia aos municípios. **2**

Renan recebe grupo de vereadores de todo o Brasil e diz que os Legislativos devem manter a seriedade e a responsabilidade, sobretudo nos momentos difíceis



Jonas Pereira/Agência Senado

Planejamento deve preceder política agrícola **3**

Projeto inibe gasto público em obra inacabada **7**

Texto garante benefício a criança com microcefalia

A comissão que discutiu a medida provisória sobre ações de combate ao *Aedes aegypti* aprovou projeto de lei de conversão que garante o valor por até três anos. Doações para ações e serviços aprovados pelo Ministério da Saúde poderão ser deduzidas do Imposto de Renda. **7**

Senador Paulo Bauer ouve o deputado Newton Cardoso Jr. na apresentação do relatório da medida provisória

Pendências em Belo Monte são criticadas

O Hospital de Altamira (PA), que está pronto, mas não funciona, foi um dos pontos cobrados pelo prefeito do município à Norte Energia, responsável pela obra da usina. O senador Flexa Ribeiro disse que é preciso achar uma saída que atenda a população sem repasse de custos à tarifa. **8**

Farol baixo de dia pode ser obrigatório

O uso de farol baixo durante o dia nas estradas brasileiras pode passar a ser obrigatório. Projeto que estabelece a regra foi aprovado ontem em Plenário e segue para a sanção presidencial. O autor da proposta espera que norma ajude a reduzir acidentes nas rodovias e salvar vidas. **3**



Gerardo Menezes/Agência Senado

Vereadores apresentam reivindicações ao Senado

O presidente da Casa, Renan Calheiros, recebeu ontem uma carta com pedidos de municípios, como redução de gastos, fim de foro privilegiado em caso de corrupção e aprovação do novo pacto federativo

REPRESENTANTES DA UNIÃO dos Vereadores Brasileiros (UVB) entregaram ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a *Carta de Brasília*, que apresenta uma série de reivindicações voltadas para o desenvolvimento dos municípios.

A instituição, que representa aproximadamente 57 mil vereadores de todo o Brasil, pede a redução de gastos pela máquina administrativa, o fim do foro privilegiado nos casos de corrupção, o respeito à Lei de Ficha Limpa e a aprovação do novo pacto federativo.

Os vereadores pediram também que o Congresso elabore leis que garantam maior autonomia administrativa e financeira aos municípios e para que as obras públicas sejam construídas com maior rapidez, agilidade, eficiência e fiscalização.

O presidente do Senado,



Renan diz a vereadores que é preciso manter a isenção em momentos difíceis

Renan Calheiros, disse ser muito importante conversar com os vereadores neste momento em que o país passa por dificuldades.

— É preciso manter a sobriedade e a responsabilidade dos Legislativos, principalmente das câmaras de vereadores, que fazem os primeiros contatos com a população.

Renan destacou o esforço que é preciso para, na condu-

ção do Congresso, manter a isenção durante o período em que o Senado e a Câmara dos Deputados estão analisando o processo de impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff.

— Como vocês sabem, casos em que é preciso ter isenção também acontecem nos Legislativos municipais — disse Renan.

(Da Presidência do Senado)

EUA propõem parcerias em agricultura

A Comissão de Agricultura (CRA) recebeu ontem uma delegação de especialistas dos Estados Unidos que veio propor ao Brasil fazer parcerias com universidades e conhecer a agricultura. Os 27 membros do Consórcio Universidade-Indústria participam de instituições e empresas do setor naquele país.

O especialista em ciências do solo Charles Rice, da Kansas

State University, ressaltou a necessidade de aprender mais sobre a agricultura brasileira. Já a presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), destacou pontos fortes do país, como a produção de soja, segunda maior do mundo, atrás justamente dos Estados Unidos.

— O câmbio hoje está muito favorável ao Brasil — ressaltou.

O consultor legislativo do Senado Marcus Peixoto, espe-

cialista em desenvolvimento agrícola, informou que o Brasil é o primeiro produtor mundial de açúcar, café e suco de laranja e fica em segundo lugar na produção de carne e milho e soja. Sobre o agronegócio, Peixoto apontou que há limites legais, mas algumas áreas podem ser aproveitadas para a agricultura sem desmatamento.

— Temos 30 milhões de hectares de pastagens degradadas que podem ser convertidos para uma agricultura mais produtiva. Cerca de 90 milhões são agricultáveis — destacou.

Ana Amélia apontou como fundamentais a recuperação dos solos e de recursos como a água. O professor Charles Rice também elogiou as iniciativas de economia de carbono no Brasil, o que, para ele, deve ser um dos grandes objetivos dos EUA.



Charles Rice, Ana Amélia e Marcus Peixoto na Comissão de Agricultura

FGTS para o Minha Casa, Minha Vida é lei

Foi publicada ontem a lei que garante ressarcimento ao FGTS em caso de dívidas com prestações de residências do Programa Minha Casa, Minha Vida financiadas parcialmente com recursos do fundo. Pela Lei 13.274/2016, em caso de inadimplência, quem cobrirá o rombo será o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

A lei é originária da Medida Provisória 698/2015, aprovada no final de março, na forma

de projeto de conversão (PLV 3/2016), pois os parlamentares mudaram o texto original do Executivo. Uma emenda do deputado Julio Lopes (PP-RJ) estabeleceu que as informações apresentadas pelos beneficiários do programa serão cruzadas com dados fiscais, bancários e cartoriais, assegurado o sigilo.

Emenda do senador Lasier Martins (PDT-RS) garante prioridade no atendimento a trabalhadores de baixa renda

vítimas de desastres naturais.

A presidente Dilma Rousseff vetou uma emenda que reservava 10% da verba da União para a construção de imóveis a pessoas de baixa renda em municípios com menos de 50 mil habitantes. Foi vetada ainda a obrigação de publicação oficial dos nomes dos beneficiários dos contratos do Minha Casa, Minha Vida, porque “já existe norma que regula a publicidade dos contratos com recursos da União”.

Gladson Cameli cobra indicações dos nomes para compor Comissão Mista de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) ainda não tem data para ser instalada porque nem todos os partidos fizeram suas indicações, reclamou Gladson Cameli (AC), indicado pelo PP.

— O Orçamento está sendo relegado a segundo plano devido aos problemas políticos



do país — disse.

Para o senador, é preocupante que a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 preveja redução da meta de resultado primário em até R\$ 65 bilhões.

— Na prática, isso significa que o governo vai gastar mais que arrecadar — advertiu.

Eduardo Amorim denuncia paralisação nas obras do Hospital do Câncer de Sergipe

A paralisação das obras do Hospital do Câncer de Sergipe é um “golpe” do governo do estado contra a saúde do povo, segundo Eduardo Amorim (PSC-SE).

— Apesar da transferência de recursos federais, o projeto está parado há mais de quatro anos. O estado jogou pelo ralo mais de R\$ 100 milhões.



Segundo o senador, surgem em Sergipe 10 mil novos casos de câncer por ano e a população tem ido buscar tratamento em outros estados.

— A entrega da obra estava prevista para até o final deste ano. No local, não há qualquer sinal de que a construção será retomada — afirmou.

Flexa Ribeiro homenageia jovem paraense vencedora de concurso de redação de cartas

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou voto de congratulação à estudante paraense Laryssa da Silva Pinto, de 15 anos, vencedora do Concurso Internacional de Redação de Cartas, promovido pela União Postal Universal (UPU) e realizada pelos Correios. Ela



representará o Brasil na etapa internacional, em Berna, na Suíça.

— A 45ª edição teve como tema “Escreva uma carta a você mesmo aos 45 anos”. Ela discorreu sobre a expectativa de uma melhor convivência no mundo, com respeito às religiões, ao meio ambiente e às artes.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CRA Suinocultura

8h Audiência pública sobre a suinocultura em Santa Catarina.

CDH Aborto

9h Debate de sugestão legislativa que regula a interrupção voluntária da gravidez pelo SUS.

MP 700 Desapropriação

10h Análise de relatório da MP 700/2015, que mudou as regras de desapropriação por utilidade pública.

CRE Sabatina e relatórios

10h Sabatina de Miltz Gurgel Valente da Costa, indicada para delegada permanente junto à Organização de Aviação Civil Internacional. Logo depois, análise de relatórios sobre indicados a embaixadores.

MULHER Saúde indígena

10h A Procuradoria da Mulher do Senado e a bancada feminina da Câmara promovem debate sobre a saúde da mulher indígena.

PRESIDÊNCIA Sessão extraordinária

11h Renan Calheiros preside sessão deliberativa extraordinária.

PLENÁRIO Deliberação

11h A PEC 143/2015, sobre desvinculação de receitas de estados e municípios, pode ser votada em segundo turno.

CDH Saúde do trabalho

15h Audiência comemora o Dia Mundial de Segurança e Saúde do Trabalho.

IMPEACHMENT Autores de pedido

16h A comissão especial ouve Miguel Reale Júnior, Janaina Paschoal e Hélio Bicudo.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Durante a sessão de votação da proposta, senadores se pronunciam a favor do texto, que pode estimular o agronegócio

Aprovado texto que facilita novo crédito para agricultor

Produtor rural que renegociar dívida poderá contrair novo financiamento sem ter que amortizar prestação do contrato anterior, prevê projeto que passou ontem em Plenário e agora vai a sanção

O SENADO APROVOU ontem um projeto que permite ao agricultor que renegociar dívida de crédito rural contrair novo financiamento sem precisar amortizar prestações do contrato anterior, como exige a lei em vigor. O texto segue para sanção presidencial.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 87/2015 modifica a Lei 11.775/2008, que institui medidas de estímulo à regularização de dívidas de crédito rural e fundiário. Conforme a lei, o agricultor que renegociar dívida não poderá contratar novo financiamento até que pague a parcela inicial do contrato que foi refinanciado.

A restrição vale para crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e para financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, do

Nordeste e do Centro-Oeste.

O texto, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), elimina a restrição à tomada de novos empréstimos, mesmo que o mutuário não tenha feito o pagamento das parcelas previstas no contrato de renegociação.

Oportunidade

O relator na Comissão de Agricultura (CRA), senador José Medeiros (PSD-MT), deu voto favorável ao fim da restrição e disse que a mudança não causa “implicação fiscal direta, uma vez que não ocorreria aumento da despesa pública, sendo avaliada caso a caso a situação do tomador do crédito”.

Para o senador Blairo Maggi (PR-MT), que apresentou o relatório de Medeiros na CRA, a proposta é “meritória”, pois abre uma oportunidade de

novo crédito para o produtor.

A senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) elogiou o projeto, que pode estimular o agronegócio. Para José Pimentel (PT-CE), a proposta é de “suma importância” e beneficia em especial os produtores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Ele informou que a MP 707/2015 vai trazer novas medidas de ajuste sobre dívidas de agricultores.

O senador Telmário Mota (PDT-RR) registrou que, mesmo diante da tramitação do processo de impeachment, o Senado não deixa de trabalhar. Já Simone Tebet (PMDB-MS) destacou que o agronegócio é o que ainda salva a economia do país. Para a senadora, o projeto vem em “boa hora”:

— Mesmo com a crise, o Senado tem condições de dar boas respostas à população.

Política agrícola deve ter planejamento de ações

A implementação de ações de política agrícola por parte do governo federal, em todo o país, deverá ser precedida de um planejamento para definir estratégias, objetivos e metas. A exigência consta do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 54/2015, aprovado no Plenário do Senado ontem. Por ter sido alterado pelos senadores, o texto retorna à análise da Câmara.

Pela proposta, o planejamento das ações de política agrícola deverá ter prazo mínimo de dois anos e tratar de medidas relativas a crédito rural, comercialização de produtos agropecuários, seguro rural, redução de risco, zoneamento agrícola, defesa sanitária animal e vegetal,

cooperativas, agroindústrias, assistência técnica e extensão e pesquisa agropecuária. O texto fixa ainda que o primeiro planejamento deve ser apresentado em até um ano da data em que a lei entrar em vigor.

O texto aprovado pelos senadores foi um substitutivo da senadora Ana Amélia (PP-RS) à proposta do deputado Alceu Moreira (PMDB-RS). O projeto original criava uma lei específica tratando da nova exigência.

A senadora propôs que, no lugar de criar uma nova lei, apenas se acrescentasse um artigo à já vigente Lei Agrícola. Dessa forma, o planejamento das ações de política agrícola por parte do poder público passa a ser previsto no Capí-

tulo III da Lei 8.171/1991.

Para a senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), a proposta é “meritória”, visto que o planejamento das políticas públicas no setor agropecuário promoverá uma melhor alocação de recursos, aumentando a eficiência. Simone Tebet (PMDB-MS) também elogiou o projeto, ressaltando que o planejamento em questões essenciais — como crédito rural, seguro rural e pesquisa — é fundamental para um setor que “alavanca” o desenvolvimento de qualquer país ou região. O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) também parabenizou Ana Amélia pelo aperfeiçoamento do projeto, que classificou como importante.

Uso de farol baixo durante o dia nas rodovias poderá ser obrigatório

O uso obrigatório de farol baixo durante o dia nas rodovias foi aprovado no Plenário ontem. O projeto agora segue para sanção presidencial. A medida com objetivo de aumentar a segurança nas estradas foi defendida pelo relator da proposta (PLC 156/2015), senador José Medeiros (PSD-MT), que atuou como policial rodoviário federal por 20 anos.

Para o senador, trata-se de um procedimento bastante simples que deverá contribuir para a redução da ocorrência de acidentes frontais nas rodovias e salvar vidas.

— O trânsito brasileiro é um dos que mais matam no mundo. São quase 50 mil vítimas fatais por ano. Essa proposta, além de não ter custos, pode

resultar em menos acidentes — afirmou Medeiros.

A baixa visibilidade foi apontada pelo autor da proposta, deputado Rubens Bueno (PPS-PR), como uma das principais causas de acidentes nas rodovias. Segundo Bueno, “os condutores envolvidos continuam relatando que não visualizaram o outro veículo a tempo para tentar uma manobra e evitar a colisão”.

O projeto altera o Código de Trânsito Brasileiro. Apesar de o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) já ter editado resolução recomendando o uso de farol baixo nas rodovias durante o dia, o entendimento é de que só uma norma com força de lei levaria os motoristas a adotar a medida.



Pedro França/Agência Senado

Acidentes podem ser reduzidos com uso do farol, defende autor da proposta

Vai a votação PEC que garante amparo social a mulheres vítimas de violência

A proposta de emenda à Constituição que garante amparo da assistência social às mulheres vítimas de violência já pode passar pela primeira votação em Plenário. Ontem foi a quinta e última sessão de discussão em primeiro turno.

A senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), autora da proposta (PEC 43/2012), ressalta que as mulheres vítimas de violência estão em situação de vulnerabilidade e sofrem sujeição por parte dos companheiros. Por isso, sugere que o amparo seja garantido pelo Estado, como já ocorre em relação às crianças e adolescentes carentes, conforme disposto no artigo 203 da Constituição.

“É fundamental, sobretudo, para que os excluídos de nossa sociedade percebam

que não estão esquecidos pela sociedade e pelo Estado”, afirma Marta na justificativa da proposta.

O relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Paulo Paim (PT-RS), concorda que as mulheres vítimas da violência devem ter acesso a uma proteção especial. “Destacar essa medida no texto da Constituição ressalta o compromisso do Estado brasileiro em lhes garantir a prestação dos direitos assistenciais especializados”, considera.

Para ser aprovada, uma PEC precisa de 49 votos favoráveis, em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso. Após a primeira votação, são necessárias mais três sessões de discussão, antes da segunda.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Marta, autora do projeto, quer proteção para vítimas em situação vulnerável

Comissão ouve hoje autores do pedido de impeachment

Juristas esclarecerão denúncia contra Dilma. Governo escalou advogado-geral da União e ministros da Fazenda e da Agricultura para defesa amanhã

A COMISSÃO ESPECIAL do Impeachment ouve hoje, às 16h, os autores do pedido de afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República: os juristas Miguel Reale Júnior, Janaina Paschoal e Hélio Bicudo. Amanhã, às 9h, será a vez de o governo se defender. Para isso, foram escalados o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, e o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa.

Ontem o colegiado definiu os nomes dos especialistas que vão apresentar argumentos contra e a favor do impedimento de Dilma. Para 2 de maio, a pedido dos oposicionistas, estão convidados o procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público do Tribunal de Contas, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Velloso e o professor de direito José Maurício Conti.

Por sugestão dos governistas, serão ouvidos em 3 de maio os professores Geraldo Luiz Mascarenhas Prado e Ricardo Lodi Ribeiro, e o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Marcello Lavenère.



Comissão Especial do Impeachment definiu ontem seu calendário. A data prevista para a votação do relatório final é 6 de maio

A comissão fechou seu calendário até 6 de maio, data prevista para votação do relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Banco do Brasil

Sob protestos, os líderes governistas conseguiram aprovar a inclusão de um representante do Banco do Brasil (BB) entre os convidados. A questão levantou

polêmica. Alvaro Dias (PV-PR) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) não concordaram com a iniciativa.

— Não vejo por que buscar explicações de um banco público que sofreu com o modo errado que a presidente agiu. O governo quer jogar a responsabilidade para o diretor da área rural do BB e dos gerentes nas agências. Eles são apenas operadores de uma

ordem — disse Caiado.

Lindbergh Farias (PT-RJ) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) reba-teram e perguntaram por que os oposicionistas se recusam a ouvir o Banco do Brasil.

— Não querem alguém do banco aqui porque vai desmascarar essa tentativa de atribuir a presidenta um crime que ela não cometeu — afirmou Gleisi.

Governistas e oposição debatem por mais de três horas supostos crimes de responsabilidade

Após definir os convidados que serão ouvidos pela Comissão Especial do Impeachment, os senadores debateram o processo do pedido de impedimento da presidente Dilma por mais de três horas.

Os oposicionistas afirmaram ter havido crime de responsabilidade por parte da chefe do Executivo. Eles disseram que Dilma autorizou operações de crédito com bancos públicos para maquiar as contas públicas — as chamadas pedaladas fiscais — e editou decretos de suplementação orçamentária sem autorização do Congresso.

A tese foi rebatida pelos aliados do governo, que alegaram que uma “crise de popularidade” não é suficiente para destituir uma presidente eleita de forma democrática.

Fraudes

Alvaro Dias (PV-PR) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) classificaram as irregularidades como graves. Argumentaram que as fraudes fiscais atribuídas por eles ao governo Dilma são a origem da crise econômica do país, com inflação, desemprego e forte recessão.

— É preciso que a população entenda que a população entenda que é esse conjunto da obra que estará sendo julgado, mesmo que para isso seja preciso

pegar apenas a ponta do novelo para puxar todo esse processo. Vamos lembrar o célebre caso de Al Capone, um criminoso conhecido, que só foi pego pela sua declaração de imposto de renda. A partir dali, toda uma estrutura criminosa foi desvendada — afirmou Cássio.

Simone Tebet (PMDB-MS) disse ver “fortes indícios” de envolvimento de Dilma em desvios administrativos.

— Infelizmente, a presidente da República não cumpriu os preceitos constitucionais. A senadora lamentou a impossibilidade de o Senado analisar as irregularidades fiscais do governo anteriores a 2015, já que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, não acolheu as denúncias relacionadas às contas de 2013 e 2014.

A tese de que o impeachment é um golpe, levantada pela presidente Dilma e seus aliados, foi criticada por Cristovam Buarque (PPS-DF). Ele observou, porém, ser preciso explicar com clareza o que são as pedaladas fiscais.

— Acima de nós tem o povo. E o povo tem de entender — disse.

Defesa

Para Humberto Costa (PT-PE), Fátima Bezerra (PT-RN) e Gleisi Hoffmann (PT-PR), o impeachment exige razões sólidas, e

a presidente não pode ser impedida pelo “conjunto da obra”.

— Aqui nós vamos ter dois tipos de voto: dos que sabem que não há crime e vão votar contra e dos que sabem que não há crime e vão votar a favor. Por isso, há essa argumentação do conjunto da obra: é para justificar o seu voto. Porque dentro do que está sendo analisado aqui, não há qualquer tipo de crime — argumentou Humberto.

Ele ainda manifestou repúdio ao vice-presidente Michel Temer, por estar formando um possível governo de forma aberta em meio ao processo de impeachment. O senador disse ainda que o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, abriu o processo contra a presidente Dilma por vingança, o que configuraria abuso de poder e desvio de finalidade.

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), seguiu a mesma linha de argumentação.

— Os discursos em torno do impeachment não dizem respeito à denúncia que o constituiu. No Estado democrático, o denunciado ou acusado precisa saber com clareza qual é a denúncia ou acusação — afirmou.

Para Pimentel, “é importante que os senadores tomem o cuidado de olhar a legislação vigente para fazer as acusações”.

Audiência sobre democracia reúne juristas

Professores e advogados contrários ao impeachment da presidente Dilma participaram ontem do primeiro debate do ciclo sobre democracia e direitos humanos, solicitado por Paulo Paim (PT-RS), que preside a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Todos os expositores afirmaram, na audiência, que não há crime de responsabilidade e sim uma articulação para desalojar do poder um governo que trabalhou em favor dos pobres.

A professora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) Beatriz Vargas,

disse que o processo de impeachment é grave e que o fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter deliberado sobre o rito não significa que ele seja constitucional. Para ela, o mérito do processo é o mais importante e que o crime de responsabilidade não aconteceu.

— As violações a determinadas leis orçamentárias são exatamente políticas voltadas para cumprir outros dispositivos constitucionais — afirmou, sobre as chamadas pedaladas fiscais.

Ela alertou os senadores para que leiam o processo. Paim disse acreditar que a maioria, na

Câmara, não leu.

Para José Geraldo de Sousa Junior, professor da Faculdade de Direito da UnB, o que está em disputa é o “projeto de sociedade com poder mais horizontal e participativo”.

Regina Sousa (PT-PI) mostrou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* que revela que o deputado Heráclito Fortes (PSB-PI) reuniu, durante um ano, em sua casa, parlamentares da oposição para tratar do impeachment. Para ela, trata-se de golpe que vem sendo tramado há um ano. José Pimentel (PT-CE) alertou para os retrocessos que poderão ocorrer.

O caminho do processo no Senado

O rito foi definido a partir da Constituição, do Regimento Interno da Casa e do processo do impeachment do ex-presidente Fernando Collor, em 1992

18/abril
Chegada da autorização da Câmara dos Deputados para abertura do processo de impeachment pelo Senado

19/abril
Leitura da autorização da Câmara dos Deputados no Plenário

26/abril
Eleição do presidente e do relator da comissão
Eleitos o presidente e o relator, a comissão tem até 10 dias úteis para dar parecer sobre a admissibilidade da denúncia/instauração do processo.
• Início do prazo: 26 de abril
• Término do prazo: 10 de maio

26/abril
Eleição dos membros da Comissão Especial do Impeachment, indicados pelos líderes dos blocos partidários (21 titulares e 21 suplentes)

Votação na comissão do parecer sobre admissibilidade do processo
Após os depoimentos dos denunciantes e da defesa da presidente, o relator apresenta o parecer, que será votado pela comissão. A votação foi marcada para 6 de maio.

Leitura do parecer da comissão no Plenário
O prazo para votação do parecer é de no mínimo 48 horas a partir da leitura.

Rejeitada a admissibilidade
Extingue-se o processo.

Aprovada a admissibilidade

Votação do parecer pela admissibilidade ou não
O quorum para aprovação ou rejeição é de maioria simples, presente a maioria absoluta do Senado (41 dos 81 senadores).

A presidente da República é comunicada sobre a decisão do Plenário do Senado
A presidente fica suspensa do exercício de suas funções, por até 180 dias, a partir da ciência formal da instauração do processo. O primeiro-secretário do Senado, Vicentinho Alves (PR-TO), levará em mãos ofício comunicando o afastamento da presidente. A lei prevê 10 dias de prazo para a Presidência apresentar defesa.

Início da fase de instrução da Comissão do Impeachment
Assegurado amplo direito de defesa e o contraditório. Ao final, a comissão apresentará novo parecer. O prazo para conclusão do relatório será definido em função das diligências necessárias ou solicitadas pela defesa e acusação (perícias, audiência de testemunhas etc). O ato final da instrução é a audiência da presidente, que pode comparecer ou não ao Senado. Apresentação do parecer pela pronúncia para o julgamento.

Rejeitada a pronúncia
Extingue-se o processo.

Aprovada a pronúncia

Votação da pronúncia pelo Plenário
A sessão será presidida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). A votação é por maioria simples, presente a maioria absoluta do Senado (41 dos 81 senadores).

Intimação dos denunciantes para oferecerem a acusação e da defesa para contestar
Denunciantes e defesa têm prazos sucessivos de 48 horas.

Remessa dos autos do processo ao presidente do STF
Após a remessa, será marcada data para o julgamento.

Absolvição
A presidente reassume o mandato de imediato.

Condenação
A presidente da República é automaticamente destituída do cargo. O vice-presidente em exercício assume até o fim do mandato. A presidente fica oito anos sem poder exercer cargo público.

Julgamento do pedido de impeachment
Será presidido pelo presidente do STF. O quorum para condenação é de 2/3 do Senado: 54 dos 81 senadores, em votação nominal. A presidente será intimada e informada da data do julgamento.

Renan diz a Michel Temer que manterá isenção e sobriedade

O presidente do Senado, Renan Calheiros, qualificou de “institucional” a conversa que teve ontem com o vice-presidente da República, Michel Temer. O senador assegurou que vai manter a isenção durante a análise do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

— O presidente da Casa tem que demonstrar isenção, sobriedade, sem ter lados, senão você perde a interlocução. É preciso conservar essa posição. O vice-presidente sabe que tenho

compromisso com o aumento da previsibilidade política e constitucional — disse.

Renan afirmou que não acredita em alterações constitucionais para viabilizar nova eleição direta para a Presidência.

— Qualquer cenário que signifique alterar a Constituição é muito difícil, estamos vivendo um momento de crise, de conturbação política, econômica.

O senador disse também que alertou Temer para o fato de que é preciso superar a pauta da distribuição de cargos na

administração federal. E afirmou que, como forma de manter a isenção do cargo que ocupa, não participará da escolha de integrantes do possível novo governo.

— Eu vou ter, como presidente do Senado, a mesma relação com o novo governo, se for o caso, que tive com a presidente Dilma. Eu entendo que é incompatível participar da formação de governo sendo presidente do Senado.

Renan comentou ainda que há uma convergência entre os partidos para a reforma política.

— Eu acho que essa é a melhor resposta que todos podemos dar para essa dramática circunstância nacional.

O presidente do Senado antecipou também que não deve votar no processo de afastamento da presidente Dilma.

— A isenção que o cargo requer não me permite ter lado. Ao final, cada senador será transformado num julgador.

Renan afirmou ainda que o Congresso deverá se reunir em breve para votar a revisão da meta fiscal de 2016.

Processo mobiliza discussões em Plenário, com senadores divididos sobre legitimidade da ação

O processo de impeachment voltou a mobilizar os debates em Plenário ontem, com senadores se alternando na tribuna para defender ou acusar o governo.

Humberto Costa (PT-PE), líder do governo, disse que os trabalhos da Comissão do Impeachment começaram mal, com a escolha de Antonio Anastasia como relator. Ele lembrou que Anastasia é do partido que denunciou a presidente da República e questionou sua isenção como relator.

— É mais um grave vício desse processo — protestou.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) criticou a base de apoio do go-

verno por “continuar tratando os crimes de responsabilidade da presidente como se fossem fatos menores”.

— Ela infringiu a Constituição brasileira, ela infringiu a Lei Orçamentária — afirmou o senador, para quem a reeleição de Dilma, em 2014, foi o maior “estelionato” eleitoral a que o Brasil já assistiu.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) desqualificou as afirmações de que o Brasil precisa do impeachment de Dilma para sair da crise. Para a senadora, a crise política é mais grave que a econômica.

— As soluções são claras, mas não conseguiram ser implemen-

tadas pela posição política da presidente da Câmara e da oposição (PSDB, DEM, Solidariedade, PPS), que, desde a derrota em 2014, cria barreiras para o governo.

Lasier Martins (PDT-RS) argumentou que há razões jurídicas para o impeachment, como o uso dos bancos públicos pelo governo para financiar o Tesouro e a edição de decretos de crédito sem autorização do Congresso.

— O rol de irregularidades do governo é extenso. Passa pela má gestão e se alastra pela corrupção.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) voltou a classificar o processo de impeachment como golpe.

Para a senadora, as pedaladas fiscais e as suplementações orçamentárias não podem ser vistas como crime de responsabilidade.

— O que estamos travando aqui é uma luta política, em que estão usando o instrumento do impeachment para tirar uma presidente legitimamente eleita.

Lúcia Vânia (PSB-GO) afirmou que houve crime de responsabilidade na assinatura dos decretos de suplementação de crédito.

Ela disse estar preocupada com a crise e cobrou ação do Senado.

— Tenho preocupação com a situação da economia e, diante disso, é preciso que tenhamos a

decisão de fazer alguma coisa. O grave erro hoje é não fazer nada diante desse quadro caótico.

Fátima Bezerra (PT-RN) disse que impeachment sem crime de responsabilidade é golpe parlamentar. Ela acusou a oposição de promover boicote sistemático ao governo, para inviabilizá-lo. E o pior, disse, é que alega-se a crise, a falta de popularidade de Dilma e até o “conjunto da obra” como motivos para afastar a presidente.

Regina Sousa (PT-PI) apontou componente machista no processo: se o presidente fosse homem, não sofreria a mesma oposição desrespeitosa, sustentou. A sena-

dora disse acreditar que o povo que foi às ruas se manifestar a favor do impeachment está percebendo que não é uma medida de combate à corrupção.

Blairo Maggi (PR-MT) avaliou que o impeachment é oportunidade de mudança para o Brasil.

— É preciso fazer com que o Brasil funcione e funcione para os brasileiros, e não para as corporações que são donas do Brasil.

Roberto Requião (PMDB-PR) disse que falta a Michel Temer legitimidade para assumir o governo. O senador defendeu “eleições já” para a Presidência da República:

Comissão aprova crédito para santas casas

Responsáveis por cerca de 40% das internações pelo SUS, as santas casas estão ameaçadas por endividamento crescente

AS SANTAS CASAS de misericórdia e outras instituições filantrópicas que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) poderão ser apoiadas por programa de crédito especial, com juros diferenciados, visando à superação da crise financeira que atravessam.

O socorro a essas entidades, que são complementares ao SUS, foi proposto por José Serra (PSDB-SP) em projeto (PLS 744/2015) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto segue para votação em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

As santas casas responderam por quatro de cada dez internações realizadas pelo SUS entre 2012 e 2015, mas a continuidade desse trabalho, afirma Serra, está ameaçada por um endividamento crescente, que já passa de R\$ 21 bilhões. Em socorro às entidades, ele propõe a criação do Programa Pró-Santas Casas, para disponibilizar

recursos para capital de giro e investimentos em estrutura de atendimento aos usuários.

A taxa de juros proposta é de 0,5% ao ano, com prazo de carência de dois anos e amortização de 15 anos. Para custeio, os juros seriam correspondentes à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com carência de seis meses e amortização de cinco anos.

Alterações

A relatora, Lúcia Vânia (PSB-GO), apresentou voto favorável, com emendas. Em uma das alterações, ela acaba com a exigência de apresentação de plano de reforma administrativa como condição para acesso ao programa de apoio, prevista no texto original.

Em substituição, Lúcia Vânia sugere que os hospitais mantenham o mesmo percentual de atendimento ao SUS feito entre 1º de outubro de 2015 e 31 de março de 2016. Em caso de descumprimento, a entidade estará sujeita a penalidade



Emenda de Lúcia Vânia acaba com exigência de reforma administrativa

prevista em outra emenda da relatora: a elevação em seis pontos percentuais da taxa de juros pactuada no financiamento.

No projeto original, Serra prevê que a cobrança de outros encargos financeiros nas linhas de empréstimo não pode passar de 1% ao ano, incidente sobre o saldo devedor da operação. Em emenda, a relatora aumentou a taxa para 1,2%, conforme tabela já praticada pelos bancos oficiais.

Em outra emenda, a relatora explicita que o crédito com recursos do BNDES poderá ser operado por outras instituições financeiras oficiais, como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Lúcia Vânia modificou a proposta para desobrigar a santa casa inadimplente de apresentar a Certidão Nacional de Débito (CND) para receber novos financiamentos, desde que o dinheiro seja usado para pagamento das

dívidas do hospital. Assim, a instituição filantrópica endividada poderá repactuar a dívida com o banco ou obter novo financiamento para reestruturar os débitos.

— Será possível às santas casas aliviar a conta de juros nos empréstimos atuais, cujo item é o que mais pressiona seus respectivos fluxos de caixa, criando espaço para que aumentem a quantidade e a qualidade dos atendimentos aos usuários do SUS — frisou.

Tabela do SUS

O presidente da comissão, Edison Lobão (PMDB-MA), além de Eduardo Amorim (PSC-SE), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Dalírio Beber (PSDB-SC) observaram que a solução para a crise financeira das entidades filantrópicas depende de correção da tabela de pagamentos do SUS.

— Esse projeto é emergencial, um analgésico. Não vai curar, sabemos disso. É apenas um paliativo. A cura vem com o pagamento justo pela correção da tabela do SUS — resumiu Amorim.

Projeto que obriga academias a alertar sobre risco de anabolizante vai à Câmara

Norma obrigando academias de ginástica a afixar, em suas dependências, mensagens de advertência sobre riscos do uso de anabolizantes sem indicação médica foi confirmada ontem em votação suplementar na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta (PLS 120/2015) segue para análise da Câmara dos Deputados.

A matéria foi aprovada na forma de substitutivo de Marta Suplicy (PMDB-SP) ao projeto de Davi Alcolumbre (DEM-AP). Os anabolizantes

foram criados para fins terapêuticos, mas devido aos efeitos de aumento da massa muscular, passaram a ser utilizados por praticantes de atividades físicas e esportivas.

Desde 2000, exige-se prescrição médica para a venda desses produtos. Entre os efeitos colaterais, estão acne grave, impotência sexual, calvície e tumores no fígado.

Marta ressalta que os anabolizantes só devem ser usados para tratamento de doenças que afetam o sistema endócrino.

Tribunal Militar terá novo ministro

Os senadores aprovaram ontem, com 62 votos favoráveis, a indicação de Péricles Aurélio Lima de Queiroz para o cargo de ministro do Superior Tribu-



Péricles Queiroz, em sabatina na Comissão de Constituição e Justiça

nal Militar na vaga reservada ao Ministério Público Militar (MPM).

Queiroz ocupa o cargo de subprocurador-geral da Justiça Militar e atua também como coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar.

Mais cedo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) havia aprovado, por unanimidade, a indicação.

O processo foi relatado por Ana Amélia (PP-RS). Ela destacou que “a indicação faz jus ao talento, empenho e à responsabilidade institucional”

de Péricles Queiroz.

A qualidade da indicação para compor o STM foi ressaltada por senadores governistas e oposicionistas. José Pimentel (PT-CE) disse que “o Judiciário militar ficará mais forte”. Alvaro Dias (PV-PR) considerou que a indicação “qualifica o STM”. Elogios foram registrados por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Acir Gurgacz (PDT-RO), Rose de Freitas (PMDB-ES) e José Maranhão (PMDB-PB). Queiroz ingressou na Justiça Militar em 1981 e foi corregedor-geral do MPM.

Falta de diretor para a Antaq pode prejudicar portos, afirma senador

A indefinição em relação à diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) poderá provocar o adiamento de leilões e concessões de terminais portuários

do Arco Norte (Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão). O alerta foi dado ontem por Wellington Fagundes (PR-MT) durante reunião da Comissão de Serviços de

Infraestrutura (CI).

O impasse foi criado pela indicação de Luiz Otávio Campos para o cargo de diretor-geral da agência. Ele integra o Conselho Fiscal da

Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro, estatal regulada pela Antaq, o que é proibido por lei.

A mensagem presidencial chegou ao Senado em 1º de

abril, mas a comissão recebeu carta da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais em que era solicitada a rejeição da indicação.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Sílvia Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Criança com microcefalia pode ter benefício

Projeto de lei de conversão aprovado em comissão mista permite que vítima da doença receba o valor por até três anos. Texto cria programa nacional para combater *Aedes*

A COMISSÃO MISTA que analisou a medida provisória que reforçou ações de combate ao *Aedes aegypti* aprovou ontem o relatório final do deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG). O projeto de lei de conversão (originário da MP 712/2016) será analisado pela Câmara e, se aprovado, seguirá para o Senado.

Para o presidente do colegiado, senador Paulo Bauer (PSDB-SC), a comissão “aprimorou muito” a proposta, ampliando uma iniciativa originalmente mais focada na garantia de acesso dos agentes de saúde a locais privados ou públicos.

— Num momento de crise, estamos entregando um documento que é uma orientação governamental completa a um gravíssimo problema de saúde pública.

Uma das mudanças no texto permitirá o pagamento de Benefício de Prestação Continuada (BPC) temporário, pelo prazo máximo de três anos, a criança vítima de microcefalia em decorrência de sequelas neurológicas por doenças transmitidas pelo mosquito.

Para efeito da primeira concessão, fica presumida a condi-

ção de miserabilidade do grupo familiar. O benefício também só poderá ser pago após a cessação do salário-maternidade, originado pelo nascimento da criança. A proposta também deixa claro que, nesses casos, a licença-maternidade será de 180 dias, assegurando-se durante todo o período o pagamento do salário-maternidade.

Deduções no IR

Outra alteração é a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas descontarem nas declarações anuais do Imposto de Renda os valores correspondentes a doações e patrocínios efetuados em prol de ações e serviços aprovados pelo Ministério da Saúde.

A dedução para as pessoas físicas será limitada a 1,5% do imposto devido. No caso das pessoas jurídicas, a dedução não poderá ser maior do que 1% do imposto a pagar.

As doações poderão se dar por transferência de dinheiro, de bens móveis ou imóveis, por comodato ou cessão no uso de bens, por despesas de conservação e pelo fornecimento de material de consumo.

As doações dos contribuintes serão uma das fontes de



Na opinião de Paulo Bauer, presidente da comissão, relatório de Newton Cardoso Jr. aprimorou a proposta original

financiamento do Programa Nacional de Apoio ao Combate às Doenças Transmitidas pelo *Aedes* (Pronaedes), instituído pelo projeto de conversão. O Pronaedes será implementado mediante incentivo fiscal a ações e serviços de vigilância em saúde promovidas por estados e municípios e permitirá financiar a aquisição de infraestrutura e de insumos no controle do vetor.

Também terá como foco o custeio de serviços, incluindo a remuneração das equipes de saúde e o investimento em

saneamento básico nas áreas de maior risco.

As atividades do Pronaedes envolverão ainda o fornecimento de vacinas e equipamentos, a realização de campanhas educativas, a ampliação dos centros especializados em reabilitação e a capacitação de profissionais.

Acesso a lotes

Também ficaram mais pesadas as multas para os responsáveis por lotes onde for detectada a reincidência de focos do *Aedes*.

Fica mantida a realização de visitas ampla e antecipadamente comunicadas a todos os imóveis públicos e particulares, ainda que com posse precária, visando à eliminação do mosquito e seus criadouros, em áreas identificadas como potencial possuidora de focos.

A MP legaliza o ingresso forçado a esses imóveis, em casos de abandono, ausência ou recusa da pessoa em permitir o acesso. Os agentes poderão inclusive nesses casos requerer o auxílio de forças policiais ou da guarda municipal.

Texto sobre desperdício de verba em obra inacabada vai a Plenário

O combate ao desperdício de recursos públicos com obras inacabadas é o objetivo de proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2012 veda a suspensão ou o cancelamento da autorização para a execução da obra após a apresentação de estudo prévio de impacto ambiental e será agora votada em dois turnos pelo Plenário.

O autor da PEC, Acir Gurgacz (PDT-RO), afirma que muitas vezes os prefeitos são surpreendidos com decisões judiciais pela paralisação de obras, resultantes da “inquietação da oposição diante dos possíveis efeitos positivos”

com a população. Ele ressaltou os custos de manutenção de obras paralisadas, que, segundo ele, superam os aspectos financeiros, para atingir a democracia e a representação.

Em relatório favorável à proposta, Blairo Maggi (PR-MT) observou que há casos em que ocorrem interrupções de obras essenciais ao desenvolvimento nacional e estratégicas para o país, em razão de decisões judiciais de natureza cautelar ou liminar, “muitas vezes protelatórias”.

O relator disse que a proposta não objetiva afastar a exigência do licenciamento ambiental. O relatório, favorável ao envio da PEC ao Plenário, foi lido por João Capiberibe (PSB-AP).

Avança limite de gasto para Legislativo estadual

A despesa anual dos Legislativos estaduais poderá ser limitada à realizada no exercício financeiro de 2013, calculada entre o período de janeiro a dezembro. O repasse de recursos superior a esse limite, bem como a realização de despesa acima dele, passa a constituir crime de responsabilidade. A norma vale para a Câmara Legislativa do Distrito Federal e para os Tribunais de Contas dos estados e do DF.

É isso o que determina a Proposta de Emenda à Constituição 30/2014, que teve parecer favorável apro-

vado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta partiu de João Capiberibe (PSB-AP) e recebeu adesão de outros senadores.

Capiberibe argumenta que tais órgãos apresentam custos elevados e crescentes, sem justificativa para tal. Em 2013, por exemplo, foram R\$ 14,5 bilhões, sendo R\$ 9,4 bilhões gastos pelas assembleias e R\$ 5,1 bilhões pelos tribunais.

Ele explica que o congelamento dos gastos no patamar de um determinado ano, 2013, com a possibilidade de correção posterior pelo Índice de

Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desobrigaria os estados do aumento compulsório dos repasses.

Para o relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), a expansão dos gastos dos estados com Legislativos e tribunais é preocupante. “Esses gastos são elevados, conforme parâmetros de comparação internacionais e federais”, constata. Ele apresentou duas emendas: uma delas corrige a ementa da PEC. A outra diz que a correção não se dará pelo IPCA, mas “conforme o disposto em lei complementar”.

Novo rateio da Cide-Combustíveis passa em comissão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem um novo rateio da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre importação e comercialização de combustíveis (Cide-Combustíveis) entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

A medida é prevista em proposta de emenda à Constituição (PEC 1/2015) de Wellington Fagundes (PR-MT), que tem parecer favorável do relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG). A PEC 1/2015

será submetida agora a dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado. Em seguida, se aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados.

Atualmente, a Constituição destina 29% da arrecadação da Cide-Combustíveis aos estados e ao Distrito Federal e, desse total, 25% são repassados aos municípios. O critério de redistribuição considera o contingente populacional e a posição ocupada dentro do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em razão disso, algumas cidades recebem mais recursos que outras.

Para tornar mais equilibrada a divisão dos recursos, Wellington propôs a destinação de um terço da arrecadação para União; um terço para estados e Distrito Federal; e outro terço para municípios.

As alterações do relator visaram estabelecer a repartição equânime da arrecadação da Cide-Combustíveis entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Foi mantida, entretanto, a previsão constitucional de aplicação desses recursos no financiamento de programas de infraestrutura de transportes.



Autor da PEC, Gurgacz ressaltou os custos de manutenção das obras paradas

Hospital em Altamira é pendência em Belo Monte, segundo debatedores

De acordo com participantes de audiência que discutiu os problemas nas obras da hidrelétrica, local está pronto, mas não há atendimento

ASPENDÊNCIAS RELATIVAS à execução do projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte foram discutidas ontem em reunião de trabalho promovida pela subcomissão temporária criada pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) para acompanhar o andamento das obras. Um dos principais pontos de discussão foi o Hospital Geral de Altamira (PA), que já está pronto, mas não funciona.

O prédio foi reformado e ampliado pela Norte Energia, responsável pela construção da usina, e entregue à prefeitura. Os equipamentos seriam transferidos de outro hospital da cidade, mas, mesmo assim, não há atendimento.

O hospital, escolas municipais e outras obras de infraestrutura em Altamira e região estão previstas nas condicionantes para atender a população impactada pelo projeto. A prefeitura reclama do pequeno número de leitos e que há dificuldades de acesso à unidade de saúde.

O prefeito de Altamira, Domingos Juvenil, exigiu que a Norte Energia conclua todas as obras inacabadas, como o asfaltamento das ruas de acesso ao hospital.

— Já gastamos R\$ 2 milhões só no abastecimento de água, o



Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Rocha (os dois ao centro) com o prefeito Juvenil e Duílio Figueiredo, da Norte Energia

sistema de esgoto está incompleto. Aquela comunidade que foi removida estava satisfeita onde morava. A cidade foi agredida, nos enganaram a todos — lamentou.

Tarifa

Presidente da Norte Energia, Duílio Figueiredo rebateu as acusações e afirmou que as condicionantes foram cumpridas, mas lembrou que não ficou estabelecido como deveria ser entregue o hospital.

— Isso é, após o empreendimento ficar pronto, vir fazer tratativas para onerar o empreendedor. A Norte Energia não vai fazer, se fizesse teria que ser repassado para o preço da tarifa [de energia elétrica].

José de Anchieta dos Santos, diretor socioambiental do consórcio, ponderou ser preciso fazer um estudo no plano de negócios para saber se as complementações das obras seriam ou não suportáveis.

Representante do governo do Pará, Maria Amélia Enríquez afirmou que o problema é de gestão.

— Não está explícito a quem compete a governança dessa ação. Deveria ser de competência da Secretaria de Saúde, mas a Norte Energia entregou para a Prefeitura de Altamira, foi um mal-entendido.

Ela lembrou que é “para cima do estado” que recaem as demandas da população como as mulheres, os indígenas e os produtores rurais.

Boa vontade

Presidente da subcomissão e autor da iniciativa da reunião de trabalho, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) acredita que as condicionantes deixaram de ser cumpridas depois da liberação da licença de operação por parte do Ibama.

O senador entende que a licença foi um erro, resultado de pressão política, mas que

agora é preciso encontrar uma saída para atender a população sem repassar o custo no preço da tarifa, com recursos que não inviabilizem o projeto.

— É necessário que haja boa vontade de todas as partes. O que está sendo solicitado são complementações que não trazem nenhum impacto num empreendimento de R\$ 30 bilhões, se forem gastos mais R\$ 15 milhões ou R\$ 20 milhões para suprir essas necessidades.

Relator do colegiado, Paulo Rocha (PT-PA) afirmou que a obra de produção e geração de energia está bastante adiantada e o calendário está sendo cumprido.

O senador acrescentou que será promovida audiência com os Ministérios Públicos Federal e do Pará e prefeituras dos municípios impactados pela hidrelétrica, além de trabalhadores, ONGs e empresários envolvidos na obra.

Medida que autoriza União a reincorporar rodovias vai a Plenário

A comissão mista responsável pela análise da medida provisória que autorizou a União a reincorporar trechos de rodovias federais transferidos aos estados aprovou ontem relatório favorável ao texto. A MP 708/2015 sofreu modificações feitas pelo relator na comissão mista, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), e segue para votação nos Plenários da Câmara e do Senado na forma de projeto de lei de conversão.

A transferência aos estados e ao Distrito Federal dos trechos de rodovias tinha sido feita a pedido dos próprios estados, conforme o governo federal, que alega haver agora “interesse que a posse e o domínio retornem para o âmbito federal para viabilizar sua concessão”. O governo diz ainda que parte dessa malha rodoviária, atualmente com estados, apresenta empreendimentos relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Obras

O texto de Gurgacz autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), no prazo máximo de 540 dias, a partir de janeiro de 2016, a usar recursos federais para obras e serviços de conservação, recuperação, restauração, sinalização e supervisão nos trechos transferidos aos estados e ao DF pela MP 82/2002 e que ainda não foram objeto de reincorporação. O prazo definido pela MP foi de 210 dias.

O mesmo prazo de 540 dias será concedido a trechos que não serão reincorporados pela União. Nesse período, os estados deverão organizar os processos licitatórios necessários à manutenção dos trechos que ficarem sob a sua responsabilidade.

Pelo texto, rodovias transferidas que constem do PAC e cujos serviços abranjam obras para implantação e duplicação poderão receber investimentos do Dnit até o fim dos trabalhos. Empreendimentos em fase de projeto poderão contratar obras até 31 de dezembro de 2018, para editais lançados até 30 de junho do mesmo ano.

Gurgacz incluiu anexo com os trechos a serem incorporados à malha federal, localizados em Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, Roraima e Tocantins.

Região integrada do DF pode ter novas cidades

Não faltou apoio à ideia de inclusão de novos municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF), tema discutido em audiência ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Os debatedores reconheceram, porém, que os ingressantes terão pouco a ganhar se continuar a carência de recursos que limita a execução de projetos na região.

Sergio Magno Carvalho

de Souza, que representou a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, afirmou que, em geral, não tem havido previsão de recursos para as Rides nos últimos planos plurianuais (PPAs) do governo federal.

— O histórico tem sido desfavorável, pois mesmo quando havia previsão de investimentos, a execução era reduzida. Talvez seja necessário repensar o modelo de financiamento do arranjo institucional das Rides.

As Rides se caracterizam por integrar municípios de mais de uma unidade federativa, com o objetivo de articular e harmonizar as ações administrativas dos três níveis federativos — União, estados e os próprios municípios — para a promoção de projetos que visem à dinamização social e econômica em escala regional.

O debate foi proposto por Hélio José (PMDB-DF), que também dirigiu os trabalhos. O objetivo foi avaliar o Pro-

jeto de Lei da Câmara (PLC) 102/2015 — Complementar, que inclui 13 novos municípios na Ride-DF.

O senador explicou que a intenção é evitar atraso na aprovação, muito aguardada pelos municípios já incluídos no projeto. A inclusão da emenda de Lúcia Vânia (PSB-GO) que insere novas cidades obrigaria o retorno da matéria à Câmara para análise da modificação.

Para permitir que os demais municípios sejam agregados, ele disse que a solução é tentar apressar a votação de projeto com a mesma finalidade, de autoria da própria Lúcia Vânia. Esse projeto ainda teria que passar pela Câmara.

— Vou sentar com a senadora e discutir sobre como agilizar o projeto dela aqui na Casa, mas, sinceramente, não vou prejudicar os que já estão inclusos e atrasar a votação final — comentou.



Para o relator, Hélio José (4º à esq.), celeridade é fundamental, visto que as cidades envolvidas querem a aprovação